

ANÁLISE DOS INDICADORES SOCIAIS E ECONÔMICOS NOS MUNICÍPIOS QUE POSSUEM UM CÂMPUS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Idair Edson Marcello¹

MARCELLO, I. E. Análise dos indicadores sociais e econômicos nos municípios que possuem um câmpus da Universidade Federal da Fronteira Sul. **Rev. Ciênc. Empres. UNIPAR**, Umuarama, v. 15, n. 2, p. 203-214, jul./dez. 2014.

RESUMO: As Instituições de Ensino Superior – IES, além de formadoras de capital intelectual, atraem investimentos, gerando, inclusive, aumento nas receitas e despesas públicas administradas pelos municípios. Este estudo tem por objetivo analisar os indicadores sociais e econômicos nos municípios que possuem um câmpus da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). A metodologia da pesquisa aplicada é descritiva, do tipo documental e com abordagem quantitativa. A população abrange os cinco municípios que possuem um câmpus da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Para a análise foram levantados indicadores sociais e econômicos. As análises descritivas apontam que os indicadores das contas públicas municipais tais como, despesas correntes, investimentos públicos e receitas correntes e, os indicadores sociais (Produto Interno Bruto *per capita*, consumidores de água encanada, consumidores de energia elétrica e o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal –IFDM), foram impactados pela presença de um câmpus da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Conclui-se que a presença de um câmpus da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) impacta positivamente nos indicadores sociais e econômicos nos municípios em que está inserida, contribuindo significativamente para o desenvolvimento local.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino superior. Indicadores sociais. Indicadores econômicos.

ANALYSIS OF SOCIAL AND ECONOMIC INDICATORS IN MUNICIPALITIES THAT HAVE A CAMPUS OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF FRONTEIRA SUL

ABSTRACT: The Higher Education Institutions – IES, as well as forming the intellectual capital, attract investments, which generated some increase in public revenue and expenditure administered by the municipalities. This study aims to analyze the social and economic indicators in the municipalities that have a

¹Unipar - idairmarcello@unipar.br

campus of the Federal University of Fronteira Sul (UFFS). The research methodology applied is a descriptive, documental and quantitative approach. The population covers five municipalities that have a campus of the Federal University of Fronteira Sul (UFFS). For the analysis, social and economic indicators were surveyed. The descriptive analyzes indicate that the indicators of municipal public accounts such as current expenditure, public investment and current income, and social indicators (per capita GDP, tap water consumers, electricity consumers, and the FIRJAN Index of Municipal Development – IFDM) were impacted by the presence of a campus of the Federal University of Fronteira Sul (UFFS). It can be concluded that the presence of a campus of the Federal University of Fronteira Sul (UFFS) has a positive impact on social and economic indicators in the municipalities in which it operates, significantly contributing to local development.

KEYWORDS: Higher education. Social indicators. Economic indicators.

ANÁLISIS DE INDICADORES SOCIALES Y ECONÓMICOS EN MUNICIPIOS QUE TIENEN UN CAMPUS DE LA UNIVERSIDAD FEDERAL DE LA FRONTERA SUR

RESUMEN: Las Instituciones de Enseñanza Superior – IES, además de formadoras de capital intelectual, atraen inversiones, generando, incluso, alza en las recetas y gastos públicos administrados por los municipios. Este estudio ha tenido por objetivo analizar los indicadores sociales y económicos en los municipios que tienen un campus de la Universidad Federal de la Frontera Sur (UFFS). La metodología de la investigación aplicada es descriptiva, del tipo documental y con enfoque cuantitativo. La población abarca los cinco municipios que tienen un campus de la Universidad Federal de la Frontera Sur (UFFS). Para el análisis se planteó indicadores sociales y económicos. Los análisis descriptivos apuntan que los indicadores de las cuentas públicas municipales tales como, gastos corrientes, inversiones públicas y recetas corrientes y, los indicadores sociales (Producto Interno Bruto *per capita*, consumidores de agua encañada, consumidores de energía eléctrica y el Índice FIRJAN de Desarrollo Municipal – IFDM) fueron impactados por la presencia de un campus de la Universidad Federal de la Frontera Sur (UFFS). Se concluye que la presencia de un campus de dicha Universidad impacta positivamente en los indicadores sociales y económicos en los municipios en que está inserida, contribuyendo significativamente para el desarrollo local.

PALABRAS CLAVE: Enseñanza Superior. Indicadores Sociales. Indicadores Económicos.

1 INTRODUÇÃO

A evolução do processo educativo de determinado lugar dá-se pela sua cultura, ou seja, pelas heranças culturais e tradição do indivíduo e pelos bens culturais do local. A escola torna-se um privilégio de cidades e regiões mais desenvolvidas, mas devido a pressão da demanda social, a partir da década de 1930 isso começa a mudar.

Na medida em que ocorre a migração da população do interior (cujas atividades produtivas voltam-se de forma mais intensa para a agricultura e pecuária), para as cidades (onde a ênfase produtiva volta-se para a indústria, o comércio, a administração e a prestação de serviços) simultaneamente ocorre o crescimento da procura pela educação específica, que prepare para as novas atividades que estão sendo oferecidas no mercado de trabalho, pois começa a substituição por operários qualificados, expandindo assim, a saída do ensino médio para o acadêmico (ROMANELLI, 2003).

A primeira universidade que já se ouviu falar foi criada na Itália em 1150 e era comandada pela igreja católica. As aulas aconteciam em salões e quem frequentava eram pessoas maduras, que tinham condições de pagar pelas aulas, o que naquela época, era privilégio de poucos. No Brasil, a primeira universidade surgiu em 1920, a Universidade do Rio de Janeiro, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nas décadas de 50 a 70 foram criadas universidades federais em todo o Brasil, pelo menos uma em cada estado, além de serem criadas também universidades estaduais, municipais e particulares, pois o aumento da população urbana e a exigência de mão de obra qualificada fez com que aumentasse cada vez mais o número de vagas nas universidades.

Para Schafaschek (2008), o desenvolvimento econômico e social de determinado local se dá, principalmente, pelas Instituições de Educação Superior – IES, desde 1960. Segundo Marcello (2012), as IES têm papel muito importante para a localidade onde estão instaladas, sendo contribuintes para o aumento da demanda de serviços públicos o que impacta nos valores das contas públicas, despesas e receitas correntes e, também, nos indicadores sociais, como consumidores de água, energia elétrica, linha telefônica, vínculos empregatícios, entre outros.

A universidade dinamiza o desenvolvimento nacional e socioeconômico onde se encontra principalmente no setor de serviços, pois gera empregos e renda, como também pelos gastos dos acadêmicos no comércio local com suas necessidades. Além disso, alunos que vêm de outros locais demandam mais atividades, principalmente em serviços prestados para o meio universitário, tais como: restaurantes, bares, transportes, moradias e atividades de lazer. Dessa forma, é possível identificar a universidade como um atrativo para novos investi-

mentos na cidade, pois recursos serão introduzidos por meio da instituição, pelos salários de professores e funcionários, ou mesmo pelos gastos dos alunos.

A causa dos efeitos financeiros de determinado local está ligada ao seu desenvolvimento, tendo uma certa relação com a gestão pública, pois é de fundamental importância para o bem-estar da sociedade a geração de emprego e renda no município. Assim, as prefeituras podem promover ações que sejam favoráveis à geração de emprego para a população incentivando novas organizações que produzam um ambiente favorável para vagas de trabalho.

O crescimento econômico e social de muitas regiões ocorre devido ao melhoramento da educação e, para que esse crescimento continue, é necessário que o ensino superior também tenha uma função social, não se isolando em seus projetos, mas sim levando para o meio empresarial e para a sociedade seus projetos de extensão (MÁRCIO, A. G.; MÁRCIO, N. M., 2000).

O presente estudo tem por objetivo analisar os indicadores sociais e econômicos nos municípios que possuem um câmpus da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). A metodologia da pesquisa aplicada é descritiva, do tipo documental e com abordagem quantitativa. A população abrange os cinco municípios que possuem um câmpus da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Para a análise foram levantados os seguintes indicadores econômicos: despesas correntes, investimentos públicos e receitas correntes. Também, os seguintes indicadores sociais: PIB *per capita*, consumidores de água encanada, consumidores de energia elétrica e o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal –IFDM (sendo FIRJAN - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro).

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Ramos (1991) investigou a relação entre escolaridade e desigualdade salarial pela análise da mão de obra qualificada e a não-qualificada. O autor constatou que a educação, além de oferecer melhor inserção no mercado de trabalho, proporciona proteção contra oscilações de curto prazo no desempenho da economia.

Soares et al. (1999), calcularam o Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM), a partir da média ponderada de índices setoriais que serviu para medir a situação dos 184 municípios do estado do Ceará. O estudo mensurou os níveis de desenvolvimento alcançados pelos municípios do Ceará, mediante um conjunto de indicadores que foram agregados em índices e que possibilitaram hierarquizar os municípios cearenses no contexto global do estado.

Buarque (1999) descreveu uma metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável. O trabalho teve como objetivo ofe-

recer ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA uma base técnica, conceitual e metodológica para o apoio e assistência técnica no planejamento dos assentamentos da reforma agrária. O autor trouxe importantes contribuições na conceituação de desenvolvimento local e municipal.

Santos (2000) verificou os investimentos em educação superior analisando a experiência do estado da Bahia com a atividade universitária. O objetivo da pesquisa foi analisar o resultado social do investimento aplicado, utilizando-se do método descritivo-avaliativo e apoiando-se em elementos quantitativos e qualitativos de quatro universidades baianas. O autor evidenciou resultado social positivo para as comunidades, justificando assim, o investimento aplicado pelo estado na educação superior.

Em estudo sobre o impacto da receita municipal no Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, Albuquerque Junior (2004), verificou que o Brasil teve uma melhora de 60,78% no índice que mensura a concentração de renda entre 1991 a 2000, sendo essa melhora protagonizada pela educação. O autor constatou que o impacto de choque na receita municipal é sentido mais intensivamente nos municípios com maior IDH.

Dowbor (2006) trata de educação e desenvolvimento local numa visão de que os alunos, além de conhecerem o currículo tradicional, também devem se envolver na comunidade, compreendendo a realidade em que vivem para a melhoria de sua região. O estudo buscou fechar a brecha entre o conhecimento formal curricular e o universo onde cada cidadão se desenvolve.

Scarpin (2006), estudou o impacto dos gastos públicos na formação do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDH-M. Os resultados evidenciaram que tal índice possui relação com as seguintes variáveis: passado, distância da capital, altitude do município, nível de população rural, receita tributária, despesa com pessoal, despesa com saúde e saneamento, investimentos e gastos com indústria e comércio.

Em estudo envolvendo desenvolvimento e educação, Miranda (2008), verificou a relação de causalidade ou dependência entre os fatores: educação, longevidade e renda, que compõem o IDH proposto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, no ano 1990. O autor constatou haver relação causal entre os constructos endógeno e o constructo exógeno, definido como investimento em educação. Contatou também que o constructo renda apresentou relação causal mais forte com o investimento, seguido dos constructos longevidade e desenvolvimento humano.

Ainda sobre o tema desenvolvimento local, Bocca (2009), verificou se as agências de desenvolvimento afetam os indicadores de desenvolvimento sustentável dos municípios do estado de São Paulo. Os resultados dos indicadores das áreas temáticas pobreza, educação, saúde e governança apontaram elevação

da qualidade de vida e equidade social.

Santos Filho (2010) avaliou o desenvolvimento humano por meio do IDH e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, fazendo uma relação com aplicações de recursos governamentais, associados com o desenvolvimento local. O autor pressupôs que a alocação de recursos deveria influenciar nos resultados do IDH e IDEB. Em sua pesquisa, mediu o crescimento e o desenvolvimento de uma sociedade, a partir de fatores quantitativos econômicos como: Produto Interno Bruto - PIB, PIB *per capita*, renda, renda *per capita*, investimentos, dentre outros. Santos Filho (2010), enaltece que esses marcadores nem sempre representam o nível de desenvolvimento de uma sociedade, haja vista que estes refletem no bem-estar social e na qualidade de vida. Afirma ainda que a educação pode ser vista como o resultado do desenvolvimento individual e, por conseguinte, da sociedade, ou como um meio para atingir esse desenvolvimento.

Rota Junior (2010), partindo de um levantamento documental, estabeleceu relação entre o ensino superior e o desenvolvimento regional, por ocasião da implantação da Fundação Universidade Norte-Mineira - FUNM, na década de 1960, na cidade de Montes Claros – MG. Em suas conclusões, apurou a necessidade da adequação do sistema de ensino regional à marcha para o desenvolvimento. Também, que a implantação do ensino superior viria a dar margem à habilitação de professores, sobretudo do ensino secundário, necessária à ampliação da rede de ensino, em prol do desenvolvimento regional.

3 METODOLOGIA

Quanto ao objetivo da pesquisa, o presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva. Segundo Gil (2002), a pesquisa é descritiva quando visa a descrever as características gerais do fenômeno administrativo. Nesse sentido, esta pesquisa busca verificar a relação do ensino superior na modalidade presencial nas contas públicas municipais e nos indicadores sociais.

No que concerne à abordagem do problema, pode-se classificá-la como uma pesquisa quantitativa. De acordo com Richardson (1999), a abordagem quantitativa caracteriza-se pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas. Os dados foram coletados, analisados e tratados por meio de instrumentos estatísticos caracterizando, assim, a abordagem quantitativa.

Quanto ao procedimento para a coleta de dados, caracteriza-se em pesquisa documental. Para Gil (2002), a pesquisa documental faz uso de documentos que não receberam tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. Foram analisados documentos públicos

oficiais, disponibilizados em sítios de entes governamentais e não governamentais, bem como tabelas estatísticas, regulamentos, entre outros.

A população abrange os cinco municípios que contém uma unidade da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, sendo uma instituição de ensino superior pública e popular criada pela Lei nº. 12.029, de 15 de setembro de 2009. A UFFS envolve os 396 municípios da mesorregião fronteira Mercosul, ou seja, sudoeste do Paraná, oeste de Santa Catarina e noroeste do Rio Grande do Sul. Desde sua criação, a UFFS tem cinco campi: Chapecó (SC) – sede da instituição, Realeza (PR), Laranjeiras do Sul (PR), Cerro Largo (RS) e Erechim (RS).

ANÁLISE DOS RESULTADOS

O Quadro 1 demonstra a estatística descritiva das variáveis das contas públicas. Os valores são apresentados em reais e correspondem à média, mediana e desvio-padrão das despesas correntes, investimentos públicos e receitas correntes dos cinco municípios pesquisados.

Quadro 1: Estatística descritiva das variáveis das contas públicas

| Indicadores | Unidade | N | Média | Mediana | Desvio padrão |
|------------------------|---------|---|---------------|---------------|---------------|
| Despesas correntes | Reais | 5 | 69.721.287,27 | 44.630.219,24 | 73.904.404,58 |
| Investimentos públicos | Reais | 5 | 10.858.935,02 | 5.779.598,75 | 16.748.238,12 |
| Receitas correntes | Reais | 5 | 88.065.837,65 | 52.949.369,43 | 95.107.504,51 |

Fonte: dados da pesquisa.

As despesas correntes englobam as despesas de custeio; despesa com pessoal; encargos sociais; juros e encargos da dívida; e demais gastos que a entidade pública realiza para a prestação dos serviços públicos e a manutenção de suas unidades administrativas, como por exemplo, a aquisição de material de consumo.

Os gastos municipais nessa rubrica, ficaram na média de R\$ 69.721.287,27 dentre os cinco municípios que possuem uma unidade da UFFS. A mediana corresponde a R\$ 44.630.219,24 e um desvio-padrão de R\$ 73.904.404,58. O desvio-padrão apresenta valor alto em relação à média, tendo em vista que os municípios maiores em nível populacional possuem maiores recursos a serem empregados nos gastos públicos, o que ocasiona uma assimetria em relação aos municípios menores.

Os investimentos públicos com infraestrutura, material de consumo, materiais na área de saúde, dentre outros, são em média, na ordem de R\$ 10.858.935,02 com uma disparidade no desvio-padrão em relação a esta, de R\$

16.748.238,12. O fato é o mesmo das despesas correntes, com municípios populacionais maiores possuindo maiores recursos para investimentos do que os municípios menores.

Na última variável das contas públicas, as receitas correntes, representam na média R\$ 88.065.837,65 de recursos obtidos, sendo que a maior fonte de recursos financeiros deriva da arrecadação tributária. O desvio-padrão de R\$ 95.107.504,51 infere grande dispersão com a média devido ao tamanho populacional dos municípios, pelos motivos já expostos. Observa-se que os valores das receitas e despesas não destoam na relação origem/aplicação dos recursos. Os recursos arrecadados são efetivamente gastos em projetos municipais, o que justifica o valor apresentado nas despesas correntes. O valor em investimentos públicos pode parecer baixo, em relação com a receita corrente, no entanto, a prioridade dos governos municipais pode ser outra. Em decorrência do princípio público da conveniência e oportunidade, os governos podem ter os gastos públicos direcionados para outras áreas, não somente para a rubrica investimentos.

No Quadro 2 estão relacionados a média, mediana e desvio-padrão das variáveis sociais. Verifica-se uma maior publicidade de dados públicos referentes a esses indicadores.

Quadro 2: Estatística descritiva das variáveis sociais

| Indicadores | Unidade | N | Média | Mediana | Desvio padrão |
|-----------------------------|---|---|-----------|-----------|---------------|
| PIB <i>per capita</i> | Reais | 5 | 15.111,02 | 13.052,50 | 6.907,80 |
| Consumo de água encanada | Número de consumidores | 5 | 18.456 | 10.506 | 18.354 |
| Consumo de energia elétrica | Número de consumidores | 5 | 23.683 | 14.926 | 22.711 |
| IFDM | Coefficiente com variância de 0,0001 a 1,0000 | 5 | 0,7442 | 0,7355 | 0,0554 |

Fonte: dados da pesquisa.

A variável PIB *per capita* apresentou uma média de R\$ 15.111,02 entre os municípios pesquisados, com um desvio-padrão de R\$ 6.907,80. O PIB *per capita* é um indicador econômico que mede o valor total de bens e serviços produzidos internamente na economia de um país relativamente ao tamanho da sua população (JANNUZZI, 2006). Na esfera municipal, o cálculo se deu pela divisão das riquezas produzidas com a população municipal. O desvio-padrão ficou abaixo da média, indicando uma disparidade menor entre os indicadores estatísticos.

Os indicadores ambientais: consumo de água encanada e de energia elétrica, apresentaram média de 18.455 e 23.683, respectivamente, com desvio-padrão acima da média em todas as variáveis. Observa-se maior valor na variável

consumo de energia elétrica, até maior que o consumo de água encanada. Esse fato ocorreu porque há mais pontos de energia elétrica do que de água encanada nos municípios pesquisados.

O IFDM constitui-se de um índice de desenvolvimento local e inclui as variáveis: emprego, renda, educação e saúde. O índice varia de 0,0001 a 1 e quanto mais próximo de 1, melhor é o índice do município. A análise descritiva apresenta uma média de 0,7442, mediana de 0,7355 e desvio padrão de 0,0554. A média aritmética representa um desenvolvimento moderado (0,6 a 0,8) para os municípios pertencentes à amostra. Houve pouca variação entre os municípios, conforme comprova a mediana de 0,7355, bem como o desvio padrão muito próximo de zero, que confirma a baixa dispersão dos dados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve por objetivo analisar os indicadores sociais e econômicos nos municípios que possuem um câmpus da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS. Na pesquisa foi aplicada metodologia descritiva, mediante análise documental e com abordagem quantitativa. Os dados foram analisados por meio das técnicas estatísticas com a utilização do software *excel da Microsoft*.

Em relação ao objetivo proposto, levantou-se a estrutura de receitas e despesas públicas nos municípios que continham uma unidade da UFFS, a receita pública distingue-se em receita orçamentária e receita extra orçamentária. A receita extra orçamentária é representada no balanço patrimonial como passivo financeiro, ou seja, os recursos de terceiros que transitam pelos cofres públicos. Já a receita orçamentária é aquela que pertence de fato à entidade e se classifica economicamente em receitas correntes e receitas de capital (SLOMSKI, 2009).

A lei orçamentária, nº. 4.320/64, classifica as receitas correntes em: receitas tributárias; receitas de contribuições; receitas patrimoniais; receitas agropecuárias; receitas industriais; receitas de serviços; transferências correntes e outras receitas correntes. Como fonte de receitas de capital, a lei orçamentária discrimina: operações de crédito; alienações de bens; amortizações de empréstimos; transferências de capital e outras receitas de capital.

Como as receitas públicas, as despesas públicas também são divididas em correntes e de capital. Gerigk (2008) destaca que as despesas correntes dividem-se nas seguintes naturezas de despesas: despesas com pessoal e encargos sociais; juros e encargos das dívidas e outras despesas correntes. As despesas de capital, conforme Gerigk (2008), se dividem em: investimentos; inversões financeiras e amortizações da dívida. Os indicadores das contas públicas utilizados na pesquisa referem-se à despesas correntes, investimentos públicos e receitas correntes.

No que concerne aos indicadores sociais, foram pesquisados os utilizados pela literatura científica que se relacionam com o ensino superior. Foram levantados quatro indicadores sociais citados em trabalhos acadêmicos, são eles: PIB *per capita*; consumidores de água encanada; consumidores de energia elétrica e o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM).

Todas as variáveis utilizadas, PIB *per capita*, consumidores de água encanada, consumidores de energia elétrica e IFDM, mostraram significância ao nível de 5% apresentando-se positivas na relação com as variáveis do ensino superior. Esses resultados corroboram com pesquisas realizadas nessa área, dentre elas as de: Barros e Mendonça (1997); Bocca (2009); e, Schumacher e Massuquetti (2011). Na variável PIB *per capita*, Souza (1999), concluiu que o coeficiente estimado para a elasticidade do trabalho indica um aumento de 36 a 38% no PIB, associado a cada ano adicional de escolaridade média na população economicamente ativa.

Destarte, conclui-se que os objetivos deste trabalho foram alcançados, sendo que a presença de uma unidade da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) impacta nos indicadores sociais e econômicos pesquisados.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, J. A. A. de. **O impacto das receitas no índice de desenvolvimento humano (IDH) dos municípios do estado do Ceará**. 2004. 72 f. Dissertação (Mestrado em Economia de Empresas) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

BARROS, R. P. de; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. Pelo fim das décadas perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil. **Texto para discussão IPEA**, Rio de Janeiro, n. 857, 1997.

BOCCA, D. F. **Efeito da existência de agências de desenvolvimento sobre os indicadores de desenvolvimento sustentável nos municípios do estado de São Paulo**. 2009. 233 f. Dissertação (Mestrado em Administração de Organizações) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto. Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2009.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/IICA, 1999.

DOWBOR, L. Educação e desenvolvimento local. **Revista de Administração Municipal**, v. 261, p. 15-32, fev./mar. 2007. Disponível em: <<http://>

webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:7Gu0XcjIxSoJ:dowbor.org/2006/04/educacao-e-desenvolvimento-local-doc.html/+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 10 nov. 2013.

GERIGK, W. **O impacto da lei de responsabilidade fiscal sobre a gestão financeira dos pequenos municípios do Paraná**. 2008. 315 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

JANNUZZI, P. de M. **Indicadores sociais no Brasil**. 3. ed. Campinas: Alínea, 2006.

MARCELLO, I. E. **Relação do ensino superior nas contas públicas e indicadores sociais: um estudo em municípios do Estado do Paraná**. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) –Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2012.

MÁRCIO, A. G.; MÁRCIO N. M. **A universidade como fator de desenvolvimento: o caso do município de Toledo – PR**. 2000.

MIRANDA, N. A. de. **Desenvolvimento e educação: análise das relações de causalidade através da modelagem de equações estruturais**. 2008. 212 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

RAMOS, L. Educação, desigualdade de renda e ciclo econômico no Brasil. **Texto para discussão IPEA**, Rio de Janeiro, n. 219, 1991.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROMANELLI, O. de O. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

ROTA JUNIOR, C. **Ensino superior e desenvolvimento regional: discursos produzidos em prol do desenvolvimento regional por ocasião da implantação da Fundação Universidade Norte - Mineira - FUNM, na década de 1960, na cidade de Montes Claros – MG**. 2010. 89 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) - Universidade Estadual de Montes Claros, Montes

Claros, 2010.

SANTOS FILHO, M. R. **Desenvolvimento humano dos municípios baianos: uma avaliação a partir de indicadores sociais e das demonstrações contábeis.** 2010. 174 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) - Faculdade de Ciências Contábeis, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

SANTOS, L. C. dos. **Investimento em educação superior: a experiência do Estado da Bahia com a atividade Universitária.** Tese (Doutorado) - Facultad de Ciencias Políticas, Jurídicas y Económicas da Universidad del Museo Social Argentino – UMSA, Salvador, 2000.

SCARPIN, J. E. **Estudo dos fatores condicionantes do índice de desenvolvimento humano nos municípios do estado do Paraná: instrumento de controladoria para a tomada de decisões na gestão governamental.** 2006. 402 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SCHAFASCHEK, M. B. **O programa de educação superior para o desenvolvimento regional/SC (PROESDE) – análise sobre sua contribuição para o desenvolvimento regional.** 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2008.

SCHUMACHER, G. da S.; MASSUQUETTI, A. Uma análise das políticas sociais e dos indicadores de educação nos municípios do COREDE metropolitano Delta do Jacuí no período 1991-2007. In: ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE, 5., 2011, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ESAG/UDESC, 2011.

SLOMSKI, V. **Manual de contabilidade pública - um enfoque na contabilidade municipal.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SOARES, A. C. L. G. et al. Índice de desenvolvimento municipal: hierarquização dos municípios do Ceará no ano de 1997. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 97, p. 71-89, set./dez. 1999.

SOUZA, M. R. P. Análise da variável escolaridade como fator determinante do crescimento econômico. **Revista FAE**, Curitiba, v. 2, n. 3. p. 47-56, set./dez. 1999.